

# Montoro quer ser opção

## Enfim, um candidato apóia o parlamentarismo

Da Sucursal

São Paulo — O governador Franco Montoro está fazendo uma série de conferências na Europa. Começou em Genebra, no dia 9, ao ser empossado como membro da Junta Diretiva de Estudos Sociais da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e depois de passar por Milão, está em Roma onde fala amanhã, na Universidade de Roma, sobre os aspectos éticos, econômicos, políticos e sociais da dívida externa brasileira. Pelo telefone, o ex-governador conversou com o CORREIO BRAZILIENSE. Colocou-se como um possível candidato e fez uma defesa enfática do parlamentarismo. Pelo menos mostrou-se um adversário ardoroso do atual regime, que classifica como "presidencialismo imperial".

Mesmo surpreendido pela votação dos quatro anos e pela crise que emergiu desse episódio, Montoro não apressou sua volta. Ao contrário, anteriormente pretendia retornar dia 28. Agora diz que só volta dia 1º.

— A Constituinte definiu um mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Dentro deste quadro o sr. é candidato à Presidência da República?

— Admito que é uma candidatura possível. Tenho recebido incentivos de importantes setores da sociedade civil, como líderes trabalhistas e empresariais. Também companheiros do PMDB, governadores, deputados e senadores têm conversado comigo nesse sentido.

— O que sugeriam objetivamente?

### Fiesp sugere Constituição provisória

São Paulo — Depois de tentar inutilmente um acordo com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes na sexta-feira, sobre os pontos polêmicos da Constituinte, o presidente da Fiesp, Mário Amato, propôs ontem que se adote uma Constituição provisória-utilizando como base o texto da carta de 1946, "com pequenas e rápidas modificações". A medida teria o objetivo de se evitar que o País pare totalmente ou entre numa crise incontornável, pois o empresário tem recursos para investir, mas espera regras definidas.

— O País não pode esperar que se debata emenda por emenda do novo projeto; isso levará um ano. Se o texto for votado capítulo por capítulo, e terminar em 15 de janeiro, há o grande risco de se parir um monstro, longe das aspirações do povo brasileiro — argumentou o presidente da Fiesp.

Amaro acredita que se o atual regime for derrotado e se passar a discutir emenda por emenda, a nova Constituição pode levar um ano para ser promulgada. De outro lado, esperar pela votação do Plenário, de capítulo por capítulo, o resultado pode ser "o que o povo não quer".



Montoro: em Roma

— Pediam que eu assumisse a candidatura à Presidência e se dispunham a lançá-la. No entanto, tive de pedir que se retraiassem porque aquele não era o momento, até porque a Constituinte não havia decidido nem sobre a forma de governo nem o tempo de mandato do presidente Sarney.

— O sr. defende a implantação do parlamentarismo no Brasil, imediatamente?

— Sempre fui um defensor da adoção do regime parlamentarista para o Brasil. Fui inclusive ministro do trabalho do gabinete parlamentarista de Tancredo Neves em 1961. O parlamentarismo é a forma de governo adotada pelas democracias mais avançadas do mundo. É um regime que permite a composição dinâmica das forças políticas do País, dando estabilidade para o regime democrático. Países que viveram longos períodos de ditadura quan-

do retornaram ao regime democrático adotaram o parlamentarismo como forma de governo. O exemplo mais próximo do Brasil é Portugal, onde as maiorias políticas vão sendo obtidas, a partir do resultado dos pleitos populares, lá, o presidente da República é eleito pelo voto direto e em dois turnos, como está previsto para o Brasil. O parlamentarismo português é hoje um dos mais estáveis do mundo e tem dado soluções objetivas para os problemas do povo português.

— Mas a experiência parlamentarista brasileira no passado foi negativa?

— O que ocorreu é que ele foi adotado para resolver uma crise política conjuntural e não como solução para governar. O que se viu depois foi uma luta do presidente para reimplantar o presidencialismo, que acabou no plebiscito de 1963. Isso só nos alerta para o fato de o futuro presidente precisar ter compromissos claros com o regime parlamentarista. Essa será a principal tarefa do presidente que será eleito em 88: trabalhar pela consolidação do regime parlamentar no Brasil.

— O sr. trabalhou pela aprovação dos 4 anos?

— Sempre defendi que a transição no Brasil se completaria com a promulgação da Constituição. Além disso tinha compromisso público firmado desde a campanha de Tancredo Neves de que o mandato deveria ser de 4 anos. Essa posição revelei inúmeras vezes ao presidente Sarney, a quem sugeri que também a assumisse.

— Falando ainda de candidatura. Como o sr. pretende agir ao retornar ao Brasil?

## Collor acredita que o parlamentarismo gorou

CLAUDIA MOEMA  
Da Editoria de Política

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, afirmou ontem que o Plenário da Assembleia Nacional Constituinte não deverá aprovar o sistema parlamentarista de Governo. Apesar de se mostrar favorável ao regime de gabinete, Collor defendeu a manutenção do presidencialismo.

Numa entrevista exclusiva ao CORREIO, o governador de Alagoas disse que o País não está preparado para a instalação do parlamentarismo. "Embora seja o regime ideal e mais democrático, o Brasil não encontra condições de implantar o regime de gabinete devido à falta de uma burocracia profissionalizada". Justificou que há pouco tempo, o País assistiu à quebra de uma frente (Aliança Democrática) por brigas no segundo escalão do Governo. "Isso é fisiologismo e o regime de gabinete não pode suportar a essas mudanças", completou.

Fernando Collor apontou outro motivo para a não instalação imediata do Parlamentarismo. As instituições democráticas que ainda não estão consolida-

das. Segundo afirmou, o regime está assentado nos partidos políticos e é preciso melhorar a definição ideológica desses partidos.

Sobre as retaliações por parte do Governo, demitindo pessoas indicadas por parlamentares que votaram nos 4 anos do mandato presidencial, o governador limitou-se a uma frase: "sou expert nisso, porque estou sofrendo retaliações há muito tempo". Explicou que a partir da definição do mandato do presidente José Sarney, as candidaturas e o processo sucessório já foram deflagrados em todo o País.

"O ex-ministro Dilson Funaro já colocou sua candidatura e, em cadeia de rádio e televisão, do PDT, praticamente lançou a candidatura do ex-governador Leonel Brizola", disse Fernando Collor. Mas, em sua opinião, o candidato que realmente reúne todas as condições e qualidades para ser o futuro presidente da República, é o senador Mário Covas.

Sobre a tentativa do Centrão, de mudar o regime interno da Constituinte, o governador de Alagoas confessou que vem acompanhando pouco esse processo. Para ele, esse é o único ponto que une os inte-

— Primeiro vou procurar as lideranças do meu partido para conversar e traçar um perfil mais definido do quadro político. O plenário da Constituinte vai começar a se reunir e esse será o ato final do processo de transição. As conversas com os companheiros do PMDB deverão ajudar a definir o rumo futuro. Se os companheiros do PMDB acharem por bem escolher o meu nome como candidato aceitei o desafio.

— Na sua opinião a transição está se prolongando?

— Ela vem se desenvolvendo desde 1974 muito lentamente. Com a campanha das diretas, em 84, e a campanha de Tancredo Neves, nós aceleramos o processo. Com a eleição de Tancredo e Sarney derrubamos a ditadura. A convocação da Constituinte fez o processo de transição se tornar mais efetivo. Mas ele se coroará com a promulgação do novo texto constitucional e a eleição direta do novo presidente. E isso precisa ser feito o mais rapidamente possível.

— Com isso o sr. acredita que o Brasil será uma democracia plena?

— Estará democratizado do ponto de vista da representação política. Contudo, democracia não é uma abstração. Ela precisa ser explicitada. O primeiro passo é iniciar um vigoroso processo de descentralização político-administrativa para colocar o Governo mais perto do cidadão, das comunidades, e a partir daí promover a participação da sociedade nas decisões de seu interesse. Trata-se de um objetivo que foi realizado em São Paulo, durante meu governo, com inteiro sucesso e reconhecido pela população.

grantes do Centrão, que se sentiram insatisfeitos por não participar de forma mais atuante na Comissão de Sistematização. "Logo que tenha início as votações no plenário da Assembleia Constituinte, no entanto, esses parlamentares irão diminuir seus sentimentos de rebeldia", afirmou.

### CPI

O governador Fernando Collor de Melo — que ontem esteve em Brasília para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito da seca do Nordeste, realizada no Senado Federal — não economizou críticas ao Governo Federal. Durante sua exposição sobre a seca naquela região, a um grupo de deputados e senadores, Collor afirmou que a política de retaliação, de perseguição e de mesquinha não pode persistir no Brasil. "O Nordeste e Alagoas não podem ser penalizados pela eventualidade de um governador não apoiar a política empreendida pelo Governo Federal, porque não me sinto à vontade a me alinhar a uma política odiosa e imoral que é a do fisiologismo e da troca de cargos por votos", declarou.

## Diap faz análise dos votos

A partir da análise de votação de 20 emendas que diziam respeito aos interesses dos trabalhadores, o Departamento Interindustrial de Assessoria Parlamentar — Diap — fez uma verdadeira radiografia da Comissão de Sistematização. O Trabalho do Diap — uma pesquisa que analisa os votos individuais de todos os 93 membros da Comissão, avalia o comportamento dos partidos e das bancadas estaduais — chega a conclusões por vezes óbvias — como a desobediência de que foram os partidos de esquerda os mais fiéis às causas trabalhistas — mas às vezes surpreendentes: entre as legendas "fiéis" está o PTB, um partido considerado conservador na Constituinte.

Segundo Ulysses Riedel, diretor técnico do Diap, o trabalho tem o objetivo de "mostrar, a todo cidadão, o comportamento efetivo daqueles que elegeram", como forma de proporcionar ao eleitorado a checagem de seu voto. A pesquisa do Diap é apenas o início de uma outra mais ampla, que, ao final dos trabalhos da Assembleia, vai mostrar, em livro, o Quem foi Quem na Constituinte.

### EMENDAS

Entre as 20 emendas analisadas pelos técnicos do Diap, 15 são de interesse direto do trabalhador: são as propostas de jornada de 40 horas semanais, licença de 120 dias à gestante, pagamento em dobro das horas extras, estabilidade no emprego, proibição da demissão imotivada e da locação de mão-de-obra. Outras cinco são, na avaliação dos técnicos, "contrárias ao interesse do trabalhador" e foram todas rejeitadas: substituem a proibição da demissão imotivada pelo pagamento de indenização ou remetem a questão à legislação ordinária. A emenda com maior aceitação (98% dos votos) na Sistematização foi a do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) que equipara os direitos do trabalhador rural aos do urbano.

A primeira parte da pesquisa mapeia o número de participações, nas várias votações, dos parlamentares, assim como o número de ausências e de votos favoráveis às propostas sindicais. Apenas oito constituintes, segundo os estudos do Diap, compareceram a totalidade das sessões de votação das 20 emendas — 8,5% dos membros da comissão. Destes, apenas 5 votaram 100% com os trabalhadores: Abigail Feitosa (PMDB-BA), Lysiane Maciel (PDT-RJ), Paulo Ramos (PMDB-RJ), Nelson Friedrich (PMDB-PR) e José Paulo Bisol (PMDB-RS). Outros parlamentares compareceram a todas as votações, mas não "fecharam" integralmente com as propostas de interesse do trabalhador: Francisco Rossi (PTB-SP) — com 95% de atuação favorável, Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), com 50%, e Eraldo Tinoco, com 65% de atuação em favor das emendas que beneficiam os trabalhadores.

Outros constituintes, embora não tenham comparecido a todas as votações, nas que compareceram votaram com os trabalhadores. São eles Ademar Andrade (PMDB-PA), Haroldo Sabóia (PMDB-MA), Cristina Tavares (PMDB-PE), Roberto Freire (PCB-PE) Lulz Inácio Lula da Silva (PT-SP), Mário Lima (PMDB-BA) e Sigmaringa Seixas (PMDB-DF).

### AUSENTES

A ausência de parlamentares nas sessões em que haveria votação de emendas referentes aos direitos do trabalhador também foi tabulada na pesquisa do Diap. Não comparecendo, o parlamentar deixa de apoiar avanços na área trabalhista. Dois constituintes deixaram de comparecer às votações: Marccondes Gadelha (PFL-PB) e Oscar Correa (PFL-MG). José Freire (PMDB-GO) e Siqueira Campos (PDC-GO) deixaram de comparecer a duas sessões, e o senador Alfredo Campos (PMDB-MG) faltou a três.

Com alto índice de participação, mas com atuação contrária aos interesses dos trabalhadores, destacam-se Ricardo Flúza (PFL-PE), Lulz Eduardo (PFL-BA), Darcy Pozza (PDS-RS), José Lins (PFL-CE), Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) e dois ex-ministros do Trabalho do período pós-64 Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Arnaldo Prieto (PFL-RS).

### PARTIDOS

Como era esperado, foi o PMDB — partido que teve a maior representação dentro da Sistematização, que mais contribuiu para a aprovação das emendas de interesse do trabalhador. Embora só tenha votado 74% com estas propostas, o partido teve peso decisivo, pois tem mais de 40 membros na comissão.